

A Democratização do Ensino e a Organização Comunitária



**A EXPERIÊNCIA DE
IGUATU - CE
1989/1992**

13

INICIATIVA



REALIZAÇÃO



APOIO



MEC

Ministério da Educação e do Desporto

Contrariando o senso comum de que, para ampliar a oferta educacional é preciso construir novas unidades escolares, o município de Iguatu, no Centro-Sul do Ceará, com cerca de 75 mil habitantes e base econômica calcada na agricultura, na pecuária e no comércio, preferiu perseguir o objetivo de universalizar o ensino através de um projeto centrado na racionalização do espaço físico. A administração que conduziu os destinos do município no período 1989-1992 partiu do princípio de que tal procedimento possibilita o aumento da matrícula e diminui a capacidade ociosa dos recursos humanos e das instalações existentes.

Até então, Iguatu não trabalhava com um planejamento da rede física. As escolas iam sendo criadas ao sabor das circunstâncias e de interesses político-eleitoreiros. Não havia preocupação real com a localização criteriosa das unidades criadas. Assim, a Prefeitura propõe uma redefinição da distribuição da rede, obedecendo a estratégia de evitar a dispersão de recursos humanos e financeiros, sempre escassos num município pobre do interior. Com isto, facilita-se a integração dos alunos e a concentração de esforços nas escolas com melhores condições de atender à população.

Nesse processo, muitas escolas foram fechadas e outras, ampliadas. O plano de racionalização incluiu também o deslocamento de professores de escolas isoladas para unidades de maior porte e a demissão de funcionários que só contribuíam para onerar os cofres públicos, a maioria deles ocupando funções de fachada, que, simplesmente, não existiam. A soma desses esforços viabilizou o projeto de democratização das oportunidades educacionais em Iguatu, que, nos últimos quatro anos, tomou para si os encargos educacionais básicos -- o município é parte integrante de um convênio de municipalização firmado com a Secretaria de Educação do Estado, mas inúmeras escolas do estado estariam em risco de encerrar suas atividades se o município não contribuísse com pessoal.

Diagnóstico mostra quadro de descalabro na educação

A partir de visitas às escolas públicas municipais, antes de assumir, o grupo que administrou Iguatu no período 89/92 constatou um quadro desalentador na área da educação. A avaliação foi reforçada, num segundo momento, por um diagnóstico formal da educação do município, realizado nos seis primeiros meses da gestão. Das 161 escolas existentes, 87 funcionavam na *casa da professora*, em torno da qual, muitas vezes, orbitava um esquema de desvio de merenda escolar, com famílias vivendo da escola: aos empregos de professora, zelador e merendeira aliava-se suprimento adicional resultante do repasse da merenda a preços irrisórios para o comércio local. A qualificação do pessoal era precária, com predominância de professores leigos. Os salários da municipalidade não só eram irrisórios, como estavam com um atraso de seis meses no pagamento.

Mais da metade das crianças na faixa de 7 a 14 anos estava fora da escola. Além da simples repetência, ocorria uma expulsão: não havendo oferta de todas as séries, ou o aluno repetia ou saía da escola, o que determinava um índice de evasão em torno de 60%

a 70%. Grande parte das turmas existentes funcionava em classes multisseriadas, com poucos alunos, havendo expressivo desperdício: aqui, uma sala funcionando com três, quatro alunos e, mais adiante, numa distância de 500m, uma outra com igual número de matriculados. Era possível encontrar, numa mesma sala, crianças de 6 anos ao lado de jovens de 16 anos. Paralelamente, cerca de 50 turmas funcionavam em turno intermediário (10h30 às 14h).

Secretaria de Educação começa a funcionar

Empossada a nova equipe, entre as primeiras providências tomadas estava a demissão dos funcionários com menos de cinco anos de serviço, desde a promulgação da Constituição de 1988. De 4.780, 2.780 foram demitidos. O clientelismo era gritante -- 1.380 desses funcionários tinham sido contratados como vigilantes de televisor público, enquanto o município tinha apenas três aparelhos desse tipo. A colocação em dia dos salários do funcionalismo traz algumas surpresas: 18 professoras contratadas com estabilidade não conseguiam assinar a folha de pagamento por serem analfabetas.

De um modo geral, as idéias que deram corpo ao trabalho iniciado são proposições simples que não chegaram sequer a ser traduzidas em um plano escrito, mas sinalizaram na direção do atendimento às necessidades básicas de escolarização do município. A nova gestão procurou desenvolver seu projeto levando em conta a situação existente, os recursos humanos disponíveis e as demandas da população. Nesse processo destaca-se o papel da comunidade, que é ouvida e respeitada nas suas escolhas. Uma sinalização significativa no reconhecimento da importância da educação pode ser percebida através da valorização do papel do órgão central da educação, até então marginal à política educacional do município.

Criada em 1987, mas ainda sem estar em funcionamento, a Secretaria Municipal de Educação tem sua estrutura reativada, incorporando-se definitivamente ao cenário das ações educacionais que se realizam em Iguatu. O trabalho orienta-se para o objetivo de ampliar o acesso à escola, através de medidas que buscam articular crescimento quantitativo e melhoria da qualidade do ensino.

Capacitação e valorização mudam perfil do magistério

A valorização do magistério, num projeto que procurou articular competência profissional e melhoria salarial, foi decisiva para o sucesso da experiência educacional desenvolvida em Iguatu. A capacitação dos professores orienta-se tanto para a qualificação de professores leigos como para o treinamento de professores habilitados. Aqueles que têm o privilégio de ter acesso a programas especiais de qualificação devem repassar aos demais colegas os conteúdos apreendidos. Institui-se o concurso público como condição básica de acesso à carreira. O concurso, preparado por uma equipe da Universidade do Ceará-UECE ofereceu vagas para docentes, supervisores e secretários de escolas -- já existentes no quadro -- e abriu 250 novas vagas de acordo com as carências identificadas na sede e em vários distritos do município.

O concurso não teve caráter obrigatório. Dos 327 profissionais do magistério, apenas 80 concorreram, sendo aprovados 20. Dos 250 candidatos às novas vagas, classificaram-se 127. Os que fizeram o concurso e não foram aprovados, assim como aqueles que não concorreram e que já tinha cinco anos de atuação quando da promulgação da Constituição, adquiriram estabilidade. Os aprovados conquistaram a efetivação. O quadro atual do magistério de Iguatu conta com 425 professores: 149 com 1º grau (77 com 1º grau completo e 72 com 1º grau incompleto), 223 com 2º grau completo e 53 com 3º grau, dos quais 49 com 3º grau incompleto, entre eles sete diretores de escola e 19 supervisores. O pessoal qualificado de 2º e 3º graus representa 64,9% da totalidade do quadro.

Hoje, todas as escolas municipais situadas na zona central e periferia urbana da sede do município e da sede dos distritos contam com professores habilitados nos cargos de docentes e supervisores. O critério de habilitação para o preenchimento dos cargos estendeu-se ao pessoal da administração da escola. Assim, ainda que não concursados, os diretores de escola foram indicados considerando o critério de habilitação específica e experiência comprovada no magistério. A indicação que antes era feita através de critérios clientelistas passou a ser responsabilidade exclusiva da equipe da secretaria. A diretriz que norteou a escolha destes e de outros cargos de confiança pautou-se, segundo a ex-secretária de Educação, não por compromissos políticos de campanha, mas por um projeto político mais abrangente. Os cargos de secretário de escola, na grande maioria sem a qualificação exigida para seu exercício, foram objeto de idêntico critério.

Para tanto, criaram-se as condições necessárias para que, gradativamente, todos os secretários da escola pudessem se qualificar. Garantiu-se a participação de todos em um curso específico de habilitação de secretários. Esses profissionais, após a devida habilitação, submeteram-se a concurso público e hoje podem responder oficialmente pelas escolas. Para os chamados professores leigos que permaneceram no quadro de pessoal do magistério foram adotadas medidas para fazê-los prosseguir nos estudos e conquistar habilitação necessária ao efetivo exercício docente.

Com menos escolas, mais alunos freqüentam as aulas

A necessidade de fechar escolas causou, num primeiro momento, forte impacto na população. Os interesses contrariados foram os de vereadores e dos professores *leigos*, contratados por puro clientelismo. A decisão a que se chegou não foi tomada de maneira imediata. A estratégia adotada no primeiro ano de gestão foi a de desencadear um trabalho de sensibilização junto à população e junto aos segmentos que seriam atingidos diretamente com a medida.

Ao final de um ano de trabalho, chamado de *conscientização* pela equipe, obteve-se a informação precisa de quantas e quais escolas deveriam ser desativadas. realizaram-se várias sessões com a Câmara Municipal e, finalmente, conseguiu-se aprovar o processo de fechamento das escolas. Do total de 161 escolas, 57 foram fechadas. Entre as quais 28 escolas isoladas, das 40 que funcionavam na casa dos professores. Atualmente, permanecem apenas seis escolas isoladas, funcionando em casa de professor.

Em conseqüência dessa medida radical, foi possível, então, reagrupar os alunos por

série, concentrando-os nos espaços físicos que melhores condições de ensino ofereciam. Convenceu-se os professores das escolas isoladas a se transferirem para os prédios escolares próximos a suas casas. Privilegiou-se a ampliação/reforma de escolas, ao lado da construção de galpões e do aproveitamento de espaços físicos existentes em condições de serem transformados em salas de aula.

Durante a gestão, 28 escolas receberam obras de ampliação e 25, de restauração. Foram construídas oito escolas. No início de 1989, havia 9.000 crianças fora da escolar. As medidas adotadas permitiram reduzir esse número para 2.000. Os resultados podem ser medidos também pela mudança do perfil educacional do município. Hoje, a rede municipal conta com 9.061 alunos, no pré-escolar e no 1º grau. No 1º grau, 4.249 estão em escolas da zona rural e 2.135, em escolas das zonas urbana e urbana periférica. Evasão e retenção caíram de 70% e 40% para cerca de 20%

Projeto Criança incentiva arte, dança e dramatização

Merece destaque especial na experiência de Iguatu a implementação do *Projeto Criança*, dirigida a crianças e adolescentes, que busca o resgate e a valorização da arte e da cultura populares e a livre manifestação artística. Na primeira etapa, desenvolvida no período de outubro de 1990 a fevereiro de 1991, o projeto atingiu 129 crianças e adolescentes. Como resultados concretos, criou quatro grupos/oficinas em bairros da periferia urbana, que apresentaram 22 espetáculos na zona urbana e rural.

Numa segunda etapa, entre março e dezembro de 1991, participaram do projeto 258 crianças. A terceira e última etapa, cujas atividades se encerram em dezembro de 1992, instalou 12 oficinas em escolas públicas, envolvendo 576 crianças e adolescentes. Foram apresentados 119 espetáculos em escolas da rede oficial e em praças públicas. Na percepção dos dirigentes de Iguatu, o que mais avançou nos município durante os quatro anos da nova gestão foi a educação. A população entretanto parece ter sido mais sensibilizada pelo impacto da ação desenvolvida na área de saúde. Pesquisa de opinião mostrou que 32% dos entrevistados acham que o trabalho foi melhor no campo da saúde, embora haja a afirmação unânime de que a educação mudou. Para melhor. ☺